DISCURSOS EM SOLENIDADES DE POSSE DOS NOVOS SÓCIOS EFETIVOS
1. SAUDANDO LIBERAL DE CASTRO (*)

Mozart Soriano Aderaldo

A 4 de março de 1887, em Fortaleza, sete intelectuais cearenses – o Dr. Guilherme Studart, depois Barão de Studart, o Desembargador Paulino Nogueira Borges da Fonseca, o Dr. Antônio Augusto de Vasconcelos, futuro Professor da Faculdade de Direito do Ceará, Joaquim de Oliveira Catunda, que seria Senador da República, jornalista Júlio César da Fonseca Filho, o Padre Dr. João Augusto da Frota e o escritor Antônio Bezerra de Menezes – lançaram as bases de uma sociedade cultural que estudaria a História, a Geografia e a Antropologia da então Província do Ceará, entidade essa que veio a denominar-se Instituto do Ceará.

Àqueles sete aderiram mais cinco, os causídicos Virgílio Augusto de Morais e Virgílio Brígido, o poeta Juvenal Galeno da Costa e Silva, o clínico José Sombra e o pesquisador João Batista Perdigão de Oliveira.

Foram doze, pois, os fundadores do Instituto do Ceará, sodalício cultural mais antigo e mais profícuo do Ceará, pois que desde a sua fundação em 1887 até o presente ano de 1991, há cento e quatro anos portanto, jamais deixou de funcionar nem de publicar – Deus sabe com que esforços – a sua "Revista do Instituto do Ceará". O conteúdo

(*) Discurso de saudação ao novo sócio efetivo José Liberal de Castro, pronunciado no Auditório Pompeu Sobrinho a 22 de julho de 1991.

dessa publicação é tão importante para o conhecimento da História, da Geografia e da Antropologia cearenses e do Nordeste do Brasil, que o eminente historiógrafo José Honório Rodrigues sobre ela se debruçou durante muito tempo, para elaborar o seu "Índice", depois publicado em nossa Revista, anos de 1956 e 1957. O prefácio do autor dessa obra de paciente e pertinaz pesquisa diz, com isenção, o que significa a "Revista do Instituto do Ceará" para a cultura local, regional e até brasileira.

Esta entidade cultural, de inequívoca operosidade, fundada à feição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Histórico, Geográfico e Arqueológico de Pernambuco, não vinha recebendo maiores atenções dos Poderes Públicos, inclusive do Governo Federal, que não a subvencionava e só tardiamente a reconheceu como entidade de utilidade pública, para que pudesse fruir as conseqüências desse reconhecimento.

Seja lícito ressaltar, a esta altura, que, desde o ano de sua criação, em 1887, até o presente momento, esta benemérita entidade, além de publicar, sem nenhuma lacuna, a sua "Revista" – que constitui excelente repositório de ensaios sobre a terra e a gente do Ceará, do Nordeste e do Brasil, em qualquer dos seus aspectos, e que tem circulação munidal –, vem divulgando ainda uma monumental História do Ceará, de que já foram editados onze alentados volumes, relativos à História da Literatura Cearense, do Prof. Dolor Barreira (4 volumes); a Prehistória Cearense (1º volume) e a Proto-História Cearense ou História Pré-Colonial do Ceará, do sábio Thomaz Pompeu de Sousa Brasil Sobrinho; a História Econômica do Ceará, do Prof. Raimundo Girão; a História Militar do Ceará, do Dr. Eusébio de Sousa; a História das Secas (até o Século XIX), do sociólogo Joaquim Alves; a História das Secas (Século XX), fruto, ainda, da erudição de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil Sobrinho; e a História do Ensino, da autoria do ex-governador Plácido Aderaldo Castelo.

No campo das publicações, não ficou, aí o Instituto do Ceará, pois tem editado uma coleção de estudos de História e Cultura, de que vieram a lume oito volumes, a seguir relembrados: – 2ª edição da "História da Província do Ceará", de Tristão de Alencar Araripe, anotada por Thomaz Pompeu de Sousa Brasil Sobrinho, Carlos Studart Filho, Raimundo Girão, José Aurélio Saraiva Câmara e Mozart Soriano Aderaldo; "Estudos de História Seiscentista", de Carlos Studart Filho; "Correspondência do Senador Pompeu", organizada e anotada por José Aurélio Saraiva Câmara; "A Revolução de 1817 no Ceará e outros

Estudos", de Carlos Studart Filho; "Matias Beck – Fundador de Fortaleza", de Raimundo Girão; "Aborígenes do Ceará", de Carlos Studart Filho; "Páginas de História e Pré-História", de Carlos Studart Filho; e "Três Documentos do Ceará Colonial", com introdução, notas e comentários de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil Sobrinho, Raimundo Girão e José Aurélio Saraiva Câmara.

No plano cívico, jamais deixou o Instituto do Ceará de ser fiel a outro de seus objetivos, fazendo a evocação de datas dignas de registros, homenageando heróis nacionais e vultos notáveis do Ceará e do Brasil; promovendo solenidades comemorativas, como as do Tricentenário da Colonização Portuguesa no Ceará, do Centenário da Revolução de 1817, do Centenário da Confederação do Equador, do Centenário da Imprensa Cearense; do Centenário da República Brasileira e de sua própria centúria; e promovendo, com a ajuda dos Poderes Públicos, a trasladação para Fortaleza dos restos mortais do inolvidável escritor cearense Gustavo Barroso. Colaborou, ainda, de modo destacado nas homenagens prestadas pela Pátria à figura augusta de Dom Pedro I, acolhendo em sua sede, por justo arbítrio do próprio Governador de então, os restos mortais do grande Imperador quando de sua passagem por Fortaleza, nas comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil.

Também é indiscutível que o Instituto do Ceará não há negado sua cooperação ao Governador Estadual, administrando, durante muitos anos, o Museu Histórico e Antropológico do Estado; cedendo, por empréstimo, ao aludido Museu, sua preciosa coleção etnográfica, fruto da pesquisa, durante longo período, de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil Sobrinho e do Prof. Dias da Rocha; designando diversos de seus sócios efetivos para integrar Comissões Estaduais de alta importância, tais como a da nova toponímia do Ceará, nas pessoas de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil Sobrinho, Clodoaldo Pinto e Mozart Soriano Aderaldo; a do Plano da Cidade, através dos consócios Raimundo Girão, Carlos Studart Filho, Clodoaldo Pinto, Mozart Soriano Aderaldo e José Denizard Macedo de Alcântara; a da revisão da nomenclatura de logradouros públicos da capital cearense, pelos associados Raimundo Girão, Carlos Studart Filho, Mozart Soriano Aderaldo e João Hipólito Campos de Oliveira; a da Medalha da Abolição, pelos sócios Senador Manoel do Nascimento Fernandes Távora, Raimundo Girão, Luís Cavalcanti Sucupira, João Hipólito de Oliveira e Mozart Soriano Aderaldo. Saliente-se, por igual, a participação de sócios do Instituto nas comissões encarregadas, pelo Governador Parsifal Barroso, um dos nossos também, da ereção de diversas estátuas a eminentes cearenses,

até então esquecidos dos Poderes Públicos – Gustavo Barroso, Clóvis Beviláqua, Capistrano de Abreu, Farias Brito, Alberto Nepomuceno e Delmiro Gouveia – integradas por Carlos Studart Filho, Raimundo Girão, Manoel Albano Amora, Mozart Soriano Aderaldo e outros.

Foi por iniciativa do Instituto do Ceará que o então Governador Parsifal Barroso denominou "Palácio da Abolição" o belo edifício que serviu de sede ao Poder Executivo Cearense. E foi, ainda, por sugestão do mesmo sodalício que o Governador Plácido Aderaldo Castelo, ao transferir para o Palácio da Abolição a sede do Governador Estadual, fez instalar no antigo e histórico "Palácio da Luz" a centenária "Biblioteca Pública do Ceará", a fim de que a tradicional designação combinasse com a repartição que passaria a abrigar, o que igualmente hoje ocorre, quando o histórico prédio serve de sede à Academia Cearense de Letras, por decisão arrojada e patriótica do então Governador Tasso Jereissati, após justa postulação do Presidente Cláudio Martins, outro dos nossos sócios efetivos.

O papel que o Instituto do Ceará vem desempenhando na cultura cearense poderá ser atestado, igualmente, pelo intercâmbio que mantém com afamadas associações culturais, nacionais e estrangeiras. Afirma-o, também, o amor que a ele dedicou o ínclito Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, durante muitos anos. De fato, quando nesta cidade de Fortaleza repercutiu a brilhante e destemerosa atuação, nos campos de batalha da Itália, do então Coronel que viria, de futuro, ocupar a mais alta Magistratura da Pátria, o Instituto do Ceará apressou-se em elegê-lo, então, seu sócio-correspondente. Vindo ocupar aqui o posto de Comandante da 10ª Região Militar, o já General Castelo Branco honrava, freqüentemente, com sua presença, as sessões do Instituto, delas participando com o interesse e a estima que demonstrava dedicar à Casa da Cultura, da Tradição e do Civismo cearenses. Ascendendo à Chefia da Nação, o já Marechal Castelo Branco não esquecia o seu amado Instituto. Ouvido sobre a iniciativa da criação da Secretaria de Cultura do Ceará, nos idos de 1967, não se temeu de exclamar: "Secretaria de Cultura significa, antes de tudo, INSTITUTO DO CEARÁ!"

É esta a entidade que, após tantas décadas de ininterrupto serviço em prol do Ceará, do Nordeste e do Brasil, não vinha merecendo, até bem pouco tempo, a ajuda financeira por parte dos Poderes Públicos. Procurou sanar a falha imperdoável um de seus sócios efetivos – o Senador Mauro Benevides, fazendo incluir, no orçamento próprio a ajuda financeira que, ainda insuficiente em face dos programas da instituição, foi a mais vultosa de quantas até hoje foram oferecidas. Esta

substancial ajuda servirá de base para nossas futuras publicações a fim de que não continue a Casa do Barão de Studart a mendigar, de pires na mão, frente a empresas particulares e órgãos públicos de menor amplitude, o auxílio de que carece para a publicação e envio de sua preciosa Revista, como ocorreu com os tomos de 1989 e 1990, editados graças à generosidade do meu particular e velho amigo José Dias de Machado e da Prefeitura Municipal de Fortaleza, enquanto o tomo de 1991, em prefaciação, se acha praticamente garantido com a ajuda da Associação Comercial do Ceará.

Até 1936 não possuía o Instituto do Ceará sede adequada, vivendo ora do favor do Governo do Estado, que autorizava o seu funcionamento em salas de repartições públicas, ora se reunindo em casas de associados seus.

Em 1936, na Administração Menezes Pimentel, a lei nº 236, de 10 de dezembro, assim dispôs – "Enquanto o Instituto do Ceará não tiver sede própria, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder-lhe sede provisória no edifício do Arquivo Público ou noutro edifício, sem prejuízo da repartição respectiva". (art. 3º).

Algo se fez, então, para que o Instituto se fixasse, embora a providência referida ainda se revestisse de muita precariedade. Mister seria ajudar, ainda mais, a vetusta associação cultural. Destarte, em 1939, pelo Decreto nº 566, de 24 de maio, o Interventor Federal Menezes Pimentel destinou para sede do Instituto a parte oriental do andar terreo do velho e histórico Palácio da Assembléia Legislativa, onde funcionara a Faculdade de Direito (art. 1º), assim como determinou que o próprio Governo faria no prédio as adaptações necessárias ao seu novo destino (§ único do art. 1º), e ainda estabeleceu que, a começar de 1940, o Estado subvencionaria o Instituto do Ceará com a importância de oito contos de réis anuais, ficando extinta a subvenção até então concedida à Revista do Instituto (art. 2º), promessa esta infelizmente não cumprida com regularidade, não obstante a boa vontade do Secretário do Interior e da Justiça, o sócio efetivo do Instituto do Ceará Prof. Dr. M. A. de Andrade Furtado. Alguma coisa fora conseguida, mas ainda não se destinara ao velho sodalício uma sede definitivamente sua. Acresce que a sede destinada ao Instituto integrava o prédio da Assembléia Legislativa, então desativada por obra do Estado Novo, sendo de prever-se que seria reclamada tão logo voltasse a funcionar o Legislativo Estadual.

Ressalte-se, todavia, por ser de inteira justiça, que sábia providência foi adotada pelo referido Decreto, quando desvinculou a subvenção anual que o Estado concedia ao Instituto das despesas de im-

pressão de sua Revista. O Instituto é a mais antiga e respeitável associação cultural de nossa terra, não sendo razoável que o Poder Público tutele suas atividades, dizendo em que deve empregar as quantias recebidas. É óbvio que não tendo deixado de publicar um só número de sua rica Revista, então com mais de 80 anos de vida, essa desvinculação não viria a significar, como não significou, um descaso da sociedade para com o órgão de divulgação dos trabalhos de seus associados, mas a demonstração de que o Estado reconhecia que o Instituto do Ceará tinha idoneidade bastante para administrar as subvenções que recebesse dos Poderes Públicos. Saliente-se, a esta altura, a abertura do crédito de 30 mil cruzeiros, que o Dr. Andrade Furtado, como Interventor interino, abriu em prol do Instituto, através do Decreto-Lei nº 1335, de 24 de julho de 1945. Outras doações se sucederiam, sendo digna de especial menção a que o Interventor Augusto Carvalho dos Santos, pelo Decreto-Lei nº 1441 de 12 de dezembro de 1945, concretizou na importância de 200 mil cruzeiros.

Foi, então, que o Interventor Machado Lopes, através de simples ato, de 12 de dezembro de 1946, cedeu ao sodalício a outra banda da parte térrea do prédio da Assembléia, assim como, logo após, abriu o crédito de 150 mil cruzeiros para a necessária adaptação dessa parte do imóvel a sua nova destinação, o que foi feito através do Decreto-Lei nº 1936, de 24 de dezembro do mesmo ano.

Estava o Instituto funcionando razoavelmente na sede que, a título precário, embora, lhe destinaram as Administrações Menezes Pimentel e Machado Lopes, quando a Assembléia Legislativa, após inúmeras tentativas frustradas, conseguiu mais uma vez desalojar o velho sodalício. Graças ao interesse do futuro Governador Plácido Aderaldo Castelo, então no exercício das funções de Secretário de Agricultura e Obras Públicas, foi destinada ao Instituto a sede do Museu Histórico, na Praça da Sé, incumbindo-se o nosso sodalício cultural da Administração do Museu. Desses entendimentos resultou a Lei nº 1105 de 23 de outubro de 1951, sancionada pelo Governador Raul Barbosa, cujo art. 1º autorizou o Executivo a ceder ao Instituo do Ceará o uso do referido imóvel; o art. 2º estabeleceu que a cessão seria por tempo indeterminado e o Estado se comprometia a mantê-la enquanto não fosse construído o Palácio da Cultura a que se referia o art. 10 das Disposições Transitórias da Constituição de 1947; o § único desse artigo estabeleceu que, por interesse público ou conveniência do Instituto, poder-se-ia alterar a localização referida, obrigando-se o Estado a conservá-la, em qualquer hipótese, de acordo com a entidade beneficiária;

e o art. 3º determinou que o Museu passaria a ser administrado pelo Instituto mediante conclusões estabelecidas em convênio e o auxílio anual de 50 mil cruzeiros. Esse convênio foi assinado e publicado no Diário Oficial do Estado de 22 de dezembro de 1951.

Na Administração Paulo Sarasate, sofreu o Instituto nova mudança, dessa feita para a Avenida Visconde de Caulpe, no Benfica, prédio em que vinha funcionando o Grupo Escolar Rodolfo Teófilo. O prédio do Museu seria demolido, para no local levantar-se o Fórum Clóvis Beviláqua. Foi necessário alterar a legislação anterior, porque o Instituto não desejava sofrer, de futuro, novas transferências, tão prejudiciais à sua biblioteca. Foi, então, editada a Lei nº 3260, de 7 de agosto de 1956, que fez a doação daquele prédio ao Instituto, mediante condições que, descumpridas, fariam o imóvel reverter ao Estado. Tal providência representava um progresso, mas o ato ainda não significava uma doação integral, como desejava o velho sodalício.

Esse prédio do Benfica situava-se na vizinhança da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará, convindo àquela unidade do mosaico universitário que a Universidade o adquirisse, para ampliação de suas dependências. Foi, então, combinado que o Instituto postularia ao Governador a cessão definitiva daquele imóvel, a fim de que o sodalício pudesse permutá-lo com outro que a Universidade desapropriaria na Praça do Carmo, para esse fim. Foi, destarte, editada a Lei nº 8692, de 28 de dezembro de 1966, da qual decorreu a cessão definitiva do prédio do Benfica ao Instituto, mediante escritura pública, enquanto a Universidade ultimava a desapropriação do imóvel da Praça do Carmo, onde funcionara, de último, o Ginásio Municipal. Como etapa posterior, foi feita a permuta dos dois prédios, através de escritura pública, onde a Universidade se comprometeu a fazer as adaptações necessárias ao funcionamento do Instituto na sede nova da Praça do Carmo. Entrementes, foi assinado, a 19 de abril de 1967, outro convênio entre o Estado e o Instituto do Ceará, onde se denunciou o contrato de 1951, voltando o Museu à plena responsabilidade do Estado, continuando o Instituto a receber, pelo menos nas letras do documento, pequena subvenção que lhe cabia por aquele serviço. A despeito disto, a cláusula IV do novo convênio estabeleceu que, pelo prazo de 4 anos, obrigava-se o Instituto a alojar no pavimento térreo de seu edifício-sede o Museu, podendo, esse tempo ser prorrogado ou abreviado, se assim concordassem ambas as partes. Por esse aluguel disfarçado, o Estado passou a concorrer com NCr$ 1.800,00, semestrais (ou sejam, NCr$ 300,00 mensais), importância essa destinada à edição ou reedição e aquisição de livros e revistas

com que esta entidade cultural enriqueceria sua biblioteca, voltando assim o velho sodalício a ser tutelado pelo Estado em suas atividades.

Consideradas todas essas inconveniências, o Instituto resolveu denunciar o acordo então vigente, visivelmente nocivo aos seus interesses, especialmente suas cláusulas IV e VI, a fim de que o Museu passasse a pagar, mesmo irregularmente, pequeno aluguel pela ocupação das várias salas da sede própria do Instituto. A módica importância de NCr$ 300,00 mensais deveria ser, para o futuro, convertida na quantia correspondente ao salário mínimo, a fim de que os reajustes fossem automáticos, o que nos defendia quanto ao deletério processo inflacionário que já corroía a economia nacional. O Governo, todavia, procurando defender-se, também, quanto à desvalorização da moeda brasileira, limitou-se a desocupar as salas da sede do Instituto onde se alojava o Museu, transferido então para outro próprio estadual.

Fácil será calcular o sacrifício do Instituto para conseguir, a duras penas, as importâncias necessárias à reforma dessas dependências ociosas, hoje plenamente ocupadas por via do próprio crescimento vegetativo da entidade, especialmente no que tange à sua biblioteca e atividades infra-estruturais, após reforma conseguida com a substancial ajuda do Banco do Nordeste do Brasil.

Igual progresso alcançamos quando, fazendo-se necessário construir o novo Auditório, com justiça denominado Pompeu Sobrinho, contamos com a compreensão do Governador da época, o hoje Deputado Federal Luís de Gonzaga Fonseca Mota, meu ex-aluno na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará.

É esta a entidade cultural que hoje se engalana para receber, solenemente, mais um sócio efetivo – o centésimo décimo quarto no decorrer de mais de cento e quatro anos, em uma média de um sócio por ano. Isto por si só demonstra o cuidado, o rigor, a justiça com que se escolhem os sucessores dos inesquecíveis amigos que vão para sempre. Vale-nos tanto o vigor intelectual e o valor da obra do candidato quanto o seu comportamento moral e equilíbrio mental para o ingresso do novo sócio-efetivo do Instituto.

Para prosseguir no afamoso trabalho de pesquisa do Joaryvar Macedo, prematuramente arrebatado de nosso cordial convívio, foi inspirado o Instituto do Ceará quando, à unanimidade, elegeu o arquiteto Professor José Liberal de Castro, a quem já nos ligavam fortes laços de amizade e trabalho, merecedor que fora, em tempos idos, dos honrosos títulos de sócio honorário e sócio benemérito de nossa entidade, tão parcimoniosa – como já ficou dito – na concessão de tais veneras.

A eleição se impunha. Para a sucessão de um grande pesquisa-

dor era imperativa a eleição de outro pesquisador eminente. Acresse que ambos não se atinham aos puros setores da História e da Geografia, como o fizeram o Barão Studart, o Des. Paulino Nogueira, Antônio Bezerra, Joaquim Catunda, Raimundo Girão e tantos outros, mas, sempre foram afeitos ao campo da Antropologia, que na interpretação de certos aspectos de nossa formação étnica e cultural, quer no estudo dos costumes e do **modus vivendi** de nossas populações. Um como que vivendo nos cartórios, nas sacristias, nos arquivos, à busca de dados reais para o ordenamento de nossa genealogia e delineamento de nossa etnia, enquanto o outro chega à fixação dos costumes cearenses através de nossas construções, das soluções caboclas ou alienígenas para o nosso **habitat**, da seqüência, científica, técnica ou artística – pouco importa – de nossa urbanística, enfim.

Por outro lado, ambos sempre porfiaram em proceder corretamente, quer na atividade pública, quer na vida privada, com lealdade e, acima de tudo, com amizade. Pelo simples fato de havermos diligenciado no sentido da publicação, nas páginas da R. I. C., de um seu artigo sobre obra nossa, em que alguns senões foram devidamente corrigidos, o primeiro desses sócios sempre se manifestou grato por ter sido assim revelado, segundo dizia, à intelectualidade fortalezense, saindo do quase anonimato em que vivia em cidade do Cariri cearense. O outro, justamente o que hoje se empossa, nos procurava e era por nós procurado para tertúlias intermináveis, nem sempre concordantes, nas quais procurávamos analisar os vários aspectos da urbanística de Fortaleza, terra sua de nascimento e nossa de adoção, objeto de nossos mais puros amores. Aliás, sempre fomos dados a esse tipo de atividade intelectual. Era nos bancos da antiga Praça do Ferreira que conversávamos, horas seguidas durante seguidos anos, os membros do futuro Grupo Clã – Artur Eduardo Benevides, João Clímaço Bezerra, Otacílio Colares, Antônio Girão Barroso, Aluízio Medeiros, Eduardo Campos, Moreira Campos, Fran Martins, Braga Montenegro, Stênio Lopes, bem como outros amigos nossos preocupados mais com os problemas políticos de que com a literatura, dos quais são exemplos ilustrativos o saudoso Prof. José Denizard Macedo e o também futuro sócio efetivo do Instituto do Ceará, Dr. Francisco de Assis de Arruda Furtado, aquele já falecido e este ainda entre nós, felizmente. Nossas discussões, acaloradas por vezes, se prolongavam pela madrugada a dentro, sentados alguns no fio de pedra da calçada, enquanto outros se movimentavam em torno sem qualquer sobrosso quanto a assaltos de marginais, que este tipo de gente, graças a Deus, não existia nos anos de nossa adolescência, juventude e mocidade. Que saudade!

Aliás, essa nossa tendência para as tertúlias vinha de longe. Ainda liceistas, juntávamo-nos na casa, de duas portas, do Dr. Juarez Bastos, sita no quarteirão da Rua da Assunção compreendido entre as ruas Pedro Pereira e Pedro I, no chamado lado do sol, a estudar e discutir tudo, sob as vistas e a douta orientação do hospedeiro. Era essa a maneira – hoje percebemos bem – de despertar no seu irmão menor, o Edmilson, que viria a formar-se em Medicina, o gosto pelos estudos. O pequeno grupo – 6 ou 8 – era integrado, ainda, pelo depois emérito Prof. José Teixeira de Freitas, sócio efetivo desta Casa.

Nessas e naquelas ocasiões, discutíamos tudo – arte, ciências, política – e pilheriávamos também.

Essa vida, lamentavelmente, haveria de mudar. Foi-se nossa Praça, que o atual Prefeito, Dr. Juraci Magalhães, promete restaurar e reinaugurar no próximo Natal. Constituímos família, vieram os tempos de contestação, que nada acrescentaram – pelo contrário – a uma mais atuante convivência entre amigos. Vieram os marginais, pelo vício destruindo-se e destruindo suas vítimas. Vieram os assaltos, as violências, os seqüestros. E a sociedade a retrair-se, as famílias a guardarem-se em seus apartamentos, receosos de tudo, desconfiadas, sem sequer cumprimentar os seus vizinhos de lado, cujos nomes até desconhecem.

Para isso desaparecem as casas residenciais, como desapareceram, antes, as rodas de calçada. E acabaram-se as visitas, sempre mal recebidas quando chegam na hora das intermináveis e inconvenientes novelas de TV, antes as quais as moças, os jovens, os adolescentes e até as crianças aprendem – ou desaprendem? – que os pais são "quadrados", que a virtude "já era", que é mister viver sem qualquer respeito aos outros e atendendo, sem freios, a seus baixos e incontrolados sentidos... Enquanto isto, os inconformados fingem conformar-se com esses desmandos; minha santa e querida Igreja finge ignorar o triste panorama e se obstina na consecução de programas não propriamente de sua alçada, quais o de distribuição de terras, o de greves sindicais **et caterna,** e a Universidade se dessora por obra e diligência de uma minoria ousada e radical, tecnicamente preparada para tudo fazer e exigir que nada se faça contra seus demandos...

Sofremos ambos, nós e o novo sócio que o Instituto hoje empossa, toda essa mutação, em que nunca se falou tanto de diálogo e jamais se dialogou menos, os pais com os filhos, os mestres com seus alunos... Afinal, sempre estivemos vinculados à Universidade Federal do Ceará, ele como fundador da Escola de Arquitetura e como seu nome tutelar, nós como velho mestre da Faculdade de Ciências Econômicas,

onde ensinamos de 1948 a 1985, quando insidiosa moléstia nos impôs uma aposentadoria que não nos mereceu, sequer, um ofício, um cartão, um telegrama do Reitor de então...

Não muito distantes nas disciplinas a nós confiadas, mais próximos ainda sempre estivemos na sede do Instituto do Ceará, do qual já éramos sócio efetivo, enquanto o recipiendário o frequentava com assiduidade fruindo da convivência com Pompeu Sobrinho, Carlos Studart Filho, Renato Braga, Joaquim Alves, José Denizard Macedo, Raimundo Girão, Antônio Martins Filho, Pedro Alberto de Oliveira e nós mesmos, mais próximos em idade de sua mocidade sedenta de saber para produzir.

Foi este o Liberal que conheci há anos. É este o Liberal que hoje emposamos em uma das mais veneráveis sociedades culturais do Brasil.

Que ele o merece, atesta-o sua alentada e respeitável produção científica e artística, pois a Arquitetura, postas de lado as discussões em torno de sua posição entre as Ciências ou as Artes, parece, aos olhos de um apedeuta curioso, não ser uma coisa nem outra ou, melhor, ser ambas as coisas e, mais que isto, vincular-se à Antropologia, visto tratar-se de algo que mexe com o homem e seus costumes, sua vida íntima em casa e suas atividades públicas no trabalho, sendo mister viver bem e circular melhor, para o desembaraçado desempenho de toda a sua potencialidade.

Prova-o – insistimos – sua valiosa obra de pesquisa, dentre cujos volumes permitimo-nos destacar três estudos.

Em primeiro lugar, registramos seu "Relatório apresentado à Fundação Calouste GulbenKian", transformado depois em tese a concurso, resultado de bolsa de estudos fruída a partir de 1º de julho de 1976 e "concedida para a realização de pesquisas em Portugal relativa a possíveis influências da arquitetura popular portuguesa na arquitetura rural do Estado do Ceará e na arquitetura urbana maranhense". É trabalho resultante de beneditina pesquisa, ricamente ilustrado, que mereceu os mais altos elogios de quantos o examinaram após a sua divulgação em 1978.

Passemos, de logo, ao segundo dos estudos que, nesta ocasião, pretende destacar na obra cultural do novo sócio efetivo do Instituto, pois a fração de tempo a nós destinada, por exígua, assim o exige. Referimo-nos, agora, às suas "Notas Relativas à Arquitetura Antiga no Ceará". vindas a lume em 1980 como Tese apresentada para concurso de Livre-docência no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da

Escola de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará. É, à semelhança do pré-falado "Relatório", obra que os mais destacados profissionais do ramo gostariam de ter produzido. É nesse escrito, que o Ceará antigo aparece nítido, verdadeiro, não fictício, não destorcido como costuma ocorrer em pesquisas adredemente preparadas, com o objetivo pré-fixado de apresentar e defender teses políticas não condizentes com a realidade cearense e brasileira. Nessa tese, seu Autor estuda a Arquitetura Setecentista, com destaque para a "casa de fazenda" e as "casas de Câmara e cadeia". Quanto à centúria seguinte, são focalizadas a "arquitetura rural", a "arquitetura militar", a "arquitetura religiosa". No que tange ao século passado, é exaustivamente estudada a "arquitetura de função residencial", o "neo-classicismo, a "arquitetura de função pública", os "mercados públicos" e os "palacetes". Encerrando seu magnífico estudo, o Professor Liberal de Castro comenta "o antigo no século XX", aludindo ao "ecletismo arquitetônico francês", sua introdução no Brasil, e especialmente no Ceará, com ênfase para os bairros residenciais de fortaleza, onde foram levantados palacetes e chalés, e o centro da cidade, zona em que predominou a chamada "art nouveau."

É obra que dispensa adjetivos elogiosos, impondo-se pelo seu próprio e indiscutível valor.

O tempo flui e é mister terminar esta já longa louvação. Não o faremos, porém, antes de aludir à terceira das obras do recipiendário atrás aludidas. Referimo-nos ao estudo intitulado "Cartografia Urbana Fortalezense na Colônia e no Império e Outros Comentários", vindo a lume em publicação oficial da Prefeitura na Administração Lúcio Alcântara.

Ressalte-se, a seu respeito, que muitos autores de grande mérito já haviam falado da matéria, mas nenhum o fizera com tais requintes de minudências como o recipiendário de hoje. Impossível ignorar esse estudo, que repassa a nossos olhos o desenvolvimento da cidade, com destaque para os diversos mapas e plantas de Fortaleza. É obra que nenhum pesquisador de nossos fastos pode ignorar e não consultar, degustando-a com delícia.

Vê-se, destarte, que o novo sócio aqui não chega de mãos vazias. Pelo contrário, traz para nós o resultado de seu trabalho inteligente e pertinaz sobre uma das três especialidades de nosso programa, condição **sine qua** para que alguém ouse postular seu ingresso nesta Casa. E, mais ainda, guardada fielmente a orientação primeira, desde os tempos do Barão de Studart e do Desembargador Paulino Noguei-

ra, vem de alma limpa, homem de caráter que é, de exemplar comportamento moral.

É a um cearense dessa qualificação que, em nome do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), damos as boas vindas.

A Casa, de fato, já lhe era afeita. A partir de agora sê-lo-á também de direito.

—— ooo —— ooo ——

Prof. José Liberal de Castro: Vossa alegria deve ser grande ao ingressar na Casa do Barão de Studart como sócio titular. Não será maior, porém, do que a de vossos amigos do Instituto, que vos elegeram por unanimidade de votos. Pelo menos não será maior do que a minha, vosso amigo e admirador de muitos anos.

Dentro de alguns segundos vós vos sentareis naquela Cadeira antes ocupada pelo bom e saudoso amigo Joaryvar Macedo. Tomai conta dela, que passa a ser vossa.

E sede feliz!